

**Conselho Regional de Administração de Santa Catarina**

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Avenida Prefeito Osmar Cunha, 260 - 8º andar Edifício Royal Business Center - Bairro Centro
- Florianópolis-SC - CEP 88015-100
Telefone: 0800 000 1253 - www.crasc.org.br

RESOLUÇÃO NORMATIVA CRA-SC Nº 549, DE 28 DE MAIO DE 2024

Aprova a Política de Privacidade e
Proteção de Dados Pessoais do Conselho
Regional de Administração de Santa
Catarina e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA - CRA-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento Interno do CRA-SC, aprovado pela Resolução Normativa CFA Nº 592 de 17 de dezembro de 2020, e

CONSIDERANDO a Lei n.º 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), de 14 de agosto de 2018, que "dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural";

CONSIDERANDO a necessidade de adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

CONSIDERANDO a Deliberação da Plenária em sessão ordinária nº 1013, realizada no dia 28 de maio de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, nos termos do Anexo I desta Resolução, e dar outras providências.

Parágrafo único. A íntegra da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais será disponibilizada no Portal da Transparência do CRA-SC.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Adm. Djalma Henrique Hack
Presidente
CRA-SC nº 4889



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Djalma Henrique Hack, Presidente**, em 28/05/2024, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **2644011** e o código CRC **80930CA9**.

ANEXO I À RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 549, DE 28 DE MAIO DE 2024

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO CRA-SC

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 O Conselho Regional de Administração de Santa Catarina – CRA-SC é regulamentado pelo Decreto nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967, com a finalidade de disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, realizar o julgamento e aplicação de penalidades nos casos de infração ao Código de Ética dos Profissionais de Administração, além do cumprimento à observância de seus princípios éticos e profissionais. O Conselho Regional é subordinado diretamente ao Conselho Federal, guardadas as suas discricionariedades, garantidas em seu regimento interno, cabendo-lhe conceder o registro profissional para os profissionais e empresas da área da administração, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional amparado por requisitos éticos e legais; emitir e deliberar sobre assuntos relacionados ao exercício das profissões regulamentadas pelo sistema CFA.

1.2 Com sede na cidade de Florianópolis/SC, à Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, bairro Centro, CEP: 88015-100, o Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA-SC), para a consecução de seus objetivos, realiza tratamentos de dados pessoais, sendo certo que em todos os seus procedimentos, é valorizada a privacidade dos usuários de seus sistemas informatizados, empregados, estagiários, prestadores de serviços, conselheiros, representantes regionais, membros de câmaras e núcleos e, quando aplicável, a terceiros e a quaisquer outras pessoas que prestem serviços ao CRA-SC.

1.3 Pautado pela transparência em relação à sua atuação e, também, pela responsabilidade com a incorporação de todos os valores da Lei Geral de Proteção de Dados à sua cultura organizacional, o CRA-SC criou a presente Política de Privacidade, para demonstrar seu compromisso com a proteção da sua privacidade, buscando de forma clara, objetiva e transparente, informar sobre os tipos de tratamentos de dados efetuados, os recursos de segurança utilizados, o embasamento legal para o tratamento de dados, e, principalmente, todos os direitos garantidos ao titular dos dados pessoais.

1.4 A finalidade da presente Política de Privacidade é a de informar aos titulares de dados e aos demais, as práticas do CRA-SC em relação aos dados coletados por meio do seu site e por todos os demais mecanismos de coleta de dados, como o preenchimento de formulários físicos ou bancos de dados informatizados, e-mails, fornecimento de cópias de documentos, manifestações em redes sociais, contratos, publicações, entre outros, de acordo com as leis em vigor.

1.5 Ao estabelecer sua Política de Privacidade, o CRA-SC se compromete e declara aplicar aos dados pessoais e aos dados pessoais sensíveis sob sua custódia, todas as melhores práticas procedimentais, garantido ao usuário de seus canais de atendimento e de coleta de dados o cumprimento da LGPD.

1.6 É através da Política de Privacidade, ora aprovada, que o CRA-SC demonstra observar as regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos públicos, previstas no art. 23 e subsequentes da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e os princípios enunciados no art. 6º do mesmo diploma legal, ressalvadas as hipóteses elencadas no art. 4º as LGPD, não regulamentadas pela Lei.

CAPÍTULO II - TERMOS E DEFINIÇÕES

- I. AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:** Órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal n. 13.709/2018, no território nacional.
- II. TITULAR DE DADOS:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- III. CONTROLADOR:** A quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais, representada nesta política pelo CRA-SC.
- IV. OPERADOR:** Parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do Controlador.
- V. TRATAMENTO:** Qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas com dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais (processamento de dados), por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, o registro, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, a eliminação ou a destruição.
- VI. DADOS PESSOAIS:** Qualquer informação obtida em razão de contrato ou acordo comercial firmado com o CRA-SC, relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como por exemplo: nome, CPF, RG, endereço residencial ou comercial, número de telefone fixo ou móvel, endereço de e-mail, informações de geolocalização, entre outros.
- VII. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- VIII. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:** Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e/ou entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por entes públicos, ou entre entes privados.
- IX. CONSENTIMENTO:** Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- X. DADO ANONIMIZADO:** Qualquer recurso físico ou lógico utilizado no armazenamento ou manuseio da Informação. Enquadram-se nesse conceito documentos em papel, arquivos físicos, computadores, servidores, programas de computador, bases de dados, linhas telefônicas, discos, DVD, CD, disquetes, hard-drives, pen-drives, memória flash, dentre outros.
- XI. VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS:** Qualquer acesso, aquisição, uso, modificação, divulgação, perda, destruição ou dano acidental, ilegal ou não autorizado que envolva dados pessoais.

CAPÍTULO III - PRINCÍPIOS

3.1 O Conselho Regional de Administração cumprirá criteriosamente a legislação aplicável ao seu segmento em matéria de proteção de dados.

3.2 Em caso de legislação que resulte aplicável em sua função do tratamento de dados pessoais sob sua responsabilidade, o CRA-SC atuará para que os princípios abrangidos nesta Política de Privacidade sejam levados em conta:

- a. No desenho e implementação de todos os procedimentos que impliquem o tratamento de dados pessoais;
- b. Nos serviços disponibilizados a seu público-alvo;
- c. Em todos os contratos e obrigações formalizados com pessoas físicas e jurídicas;
- d. Na implantação de sistemas e plataformas que utilizem coleta e tratamento de dados dos profissionais registrados, de seus servidores, colaboradores, inscritos, fornecedores, parceiros organizacionais e público externo.

3.3 São princípios relativos ao tratamento de dados pessoais:

- I. **Princípios de legitimidade, licitude e lealdade no tratamento de dados pessoais:** O tratamento de dados pessoais será leal, legítimo e lícito conforme a legislação aplicável. Nesse sentido, os dados pessoais deverão ser coletados por um ou mais fins específicos e legítimos.
- II. **Princípio de minimização:** Somente serão objeto de tratamento os dados pessoais que resultem estritamente necessários para a finalidade às quais se destinam.
- III. **Princípio da exatidão:** Os dados pessoais deverão ser exatos e passíveis de serem atualizados por seus titulares.
- IV. **Princípio da limitação do prazo de conservação/retenção/armazenamento:** Os dados não serão tratados e mantidos além do prazo necessário para atingir o fim para qual se destinam.
- V. **Princípio da integridade e confidencialidade:** No tratamento de dados pessoais será necessário garantir, mediante ações técnicas ou organizacionais, a segurança adequada que os proteja do tratamento não autorizado ou ilícito, perdas ou ainda destruição.
- VI. **Princípio da transparência e informação:** O tratamento de dados pessoais será transparente em relação ao titular, sendo facilitado o acesso, atualização e/ou exclusão.
- VII. **Aquisição ou obtenção de dados pessoais:** Fica proibida a aquisição ou obtenção de dados pessoais de fontes ilegítimas, de fontes que não garantam suficientemente sua legítima procedência ou de fontes cujos dados tenham sido solicitados ou cedidos transgredindo a lei.

CAPÍTULO IV - HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PELO CRA-SC

4.1 O CRA-SC, por caracterizar-se como órgão regional de sistema autárquico da administração pública federal, encontra-se autorizado a promover o tratamento de dados, limitado às hipóteses descritas na presente Política de Privacidade.

4.2 Destaca-se que, como órgão da administração pública, o CRA-SC está autorizado pela LGPD, através do disposto em seu artigo 23, a realizar o tratamento de dados pessoais exclusivamente para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, e desde que as hipóteses de tratamento sejam informadas ao titular de dados e que seja indicado o encarregado pela proteção dos dados.

4.3 Assim, os dados pessoais fornecidos pelos titulares de dados em quaisquer dos meios de coleta utilizados pelo CRA-SC poderão ser empregados para o atendimento das suas finalidades públicas e institucionais, enquanto órgão da administração pública indireta, nas atividades desempenhadas por todas as unidades funcionais que integram sua estrutura organizacional, conforme previsto no seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Federal de Administração - CFA.

4.4 O fornecimento dos dados pessoais a terceiros e a sua utilização para finalidades diversas daquelas para as quais foram coletados apenas poderão ocorrer mediante consentimento fornecido pelo seu titular ou, ainda, nas hipóteses de tratamento para a execução das competências constitucionais e regimentais do CRA-SC e de compartilhamento com órgãos ou entidades para a execução atividades de interesse público.

CAPÍTULO V - DOS DIREITOS DOS TITULARES

5.1 O Conselho Regional de Administração de Santa Catarina se compromete a cumprir as normas relacionadas aos direitos dos titulares previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

5.2 Ainda, em conformidade com artigo 18º da LGPD, os titulares poderão realizar as seguintes solicitações via nossos canais de atendimento:

- I. Confirmação da existência de tratamento;

- II. Acesso aos seus Dados Pessoais tratados pelo CRA-SC;
- III. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- V. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço, desde que observados os segredos comerciais e industriais;
- VI. Eliminação dos Dados Pessoais tratados, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 e 23 da LGPD, bem como no item 9.3 desta Política;
- VII. Informação sobre com quais empresas ou instituições o CRA-SC compartilha seus dados;
- VIII. Revogação do consentimento, quando aplicável;
- IX. Revisão de decisões com base em tratamento automatizado.

5.3 A solicitação será atendida dentro do prazo legal. No entanto, algumas solicitações poderão ser atendidas parcialmente ou até mesmo negadas, a depender da fundamentação legal. O titular será mantido informado por e-mail ou correspondência, de acordo com seu primeiro contato.

5.4 O titular de dados poderá utilizar o e-mail lgpd@crasc.org.br para quaisquer reclamações, dúvidas, solicitações ou para exercer seus direitos de titular, conforme tópicos anteriores.

CAPÍTULO VI - DOS DADOS COLETADOS

6.1 Os dados pessoais coletados pelo CRA-SC podem variar conforme a relação que o titular dos dados optou por estabelecer junto à organização direta ou indiretamente.

6.2 As informações pessoais requeridas obedecem ao princípio da proporcionalidade, ou seja, são coletadas apenas aquelas informações necessárias à realização das atividades institucionais do CRA-SC, em especial as necessárias para a verificação da autenticidade da documentação e da identidade dos profissionais da área de administração, em razão das funções fiscalizatória e regulamentadora exercidas pela autarquia.

6.3 Destaca-se que são coletadas informações de adolescentes em razão do cargo jovem aprendiz disponibilizado no quadro de funções do CRA-SC, bem como dados de crianças e adolescentes dependentes dos funcionários ativos.

6.4 O CRA-SC se responsabiliza por utilizar em seu site todas as tecnologias hábeis a garantir o respeito à legislação vigente e aos termos desta Política de Privacidade, e informa que a coleta de dados é executada em conformidade com os requisitos elencados no artigo 7º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

6.5 São meios de coleta de dados pelo CRA-SC:

6.5.1 Dados pessoais fornecidos pelo titular por meio do site: O titular de dados ao utilizar o site do CRA-SC, eventualmente informa seus dados ao preencher qualquer formulário de contato disponibilizado. A depender do teor da mensagem enviada, serão armazenados com o objetivo de ser contactado.

6.5.2 Dados coletados quando você realiza a inscrição: para efetuar o registro é necessário informar alguns dados pessoais, considerando o normativo vigente que regulamenta o registro (como por exemplo: nome, CPF, e-mail, telefone, qualificação profissional, dentre outros). Após inscrito, o CRA-SC oferece diversos serviços que exigem autenticação para acesso e tratamento de dados pessoais, por meio dos Serviços Online (por exemplo, solicitação de certidões, atualização cadastral, negociação de anuidades, dentre outros).

6.5.3 Dados coletados na nomeação do empregado público: O titular de dados, após ser aprovado em concurso público, informa seus dados, conforme previsão em edital, para o CRA-SC realizar a nomeação para, então, tomar posse do cargo público.

6.5.4 Dados coletados em virtude de negócios jurídicos com fornecedores e prestador de serviço: O titular de dados, através de contratos de prestação de serviço e fornecedores advindos de processo licitatório, fornecem alguns dados pessoais, como por exemplo: Nome dos sócios, telefone, endereço, dados bancários, e-mail, dentre outros.

6.5.5 Coleta de dados não previstos expressamente: Eventualmente, outros tipos de dados não previstos expressamente nesta Política de Privacidade poderão ser coletados, desde que sejam fornecidos com o consentimento do titular, ou, ainda, que a coleta seja permitida ou imposta por Lei.

6.6 Durante a utilização do site, a fim de resguardar e proteger os direitos de terceiros, o titular de dados deverá fornecer somente seus dados e não os de terceiros.

6.7 Ao navegar no site, o usuário poderá ser conduzido, via hyperlink, a conteúdo ou serviços de outros portais ou plataformas que poderão coletar suas informações e ter sua própria Política de Privacidade. Hyperlinks externos não constituem endosso pelo CRA-SC a respeito dos sites/ambientes vinculados, nem tampouco às informações, produtos ou serviços ali contidos, pelos quais o CRA-SC não se responsabiliza.

6.8 O CRA-SC prima pela segurança e privacidade do conteúdo inserido no domínio <https://crasc.org.br/>, bem como pela ininterrupta vigilância contra ataques, invasões ou contaminações por vírus de todos os tipos, agindo de forma proativa para impedir que terceiros não autorizados venham a acessar e, eventualmente, interceptar, eliminar, alterar, modificar ou manipular de qualquer modo os dados presentes e/ou transmitidos a seus servidores.

CAPÍTULO VII - DA FINALIDADE

7.1 A utilização de seus dados pessoais é realizada sempre observando a legislação vigente e tem como objetivo entregar serviço de forma segura e transparente ao usuário, de acordo com aquilo que é expressamente autorizado. Os dados também são utilizados para prover uma experiência personalizada ao usuário quando do acesso aos sistemas e para estatística de uso.

7.2 As principais finalidades são:

7.2.1 Atividades relacionadas às funções primordiais do CRA-SC, como por exemplo:

- I. Realizar a inscrição dos profissionais de administração para a habilitação do exercício da profissão, cuja lei exige inscrição junto aos órgãos fiscalizadores;
- II. Manter contato com o titular para organização e manutenção do registro;
- III. Propor atividades internas para interações e melhorias na execução da atividade de administração como por exemplo: eventos, capacitações, clube de benefícios, Conecta Lab etc;
- IV. Fiscalizar a atividade de empresas e profissionais da área da administração;
- V. Manter informação sobre as atividades do Conselho de forma interna e externa.

7.2.2 Interações em nossas estruturas físicas, como por exemplo:

- I. Identificar pessoas no acesso à nossa sede;
- II. Monitorar internamente os ambientes para segurança de pessoas e patrimônio;
- III. Conceder acesso à rede para os nossos visitantes.

7.2.3 Processo de nomeação, como por exemplo:

- I. Realizar nomeação através do resultado do concurso público.
- II. Contatar os selecionados para condução da posse do cargo público.

III. Realizar os trâmites de exoneração do servidor, quando aplicável.

7.2.4 Interações de navegação em nosso site: Quando o titular acessa umas das páginas institucionais do CRA-SC, é realizado o registro de alguns dados de forma automática, por meio do uso de cookies e tecnologias semelhantes como:

I. Características do dispositivo de acesso

II. Características do navegador

III. Origem do IP

7.2.4.1 Para mais informações consulte a Política de Cookies do CRA-SC, disponível no site.

7.2.5 Contato com o CRA-SC: para atendimento às solicitações, reclamações, dúvidas e demais contatos dos titulares de dados pessoais e da sociedade em geral.

7.2.6 Dados contratuais: Em caso de relação contratual, os dados coletados serão tratados para que os fins contratuais sejam atingidos, permanecendo em nossa base de dados enquanto perdurar o negócio jurídico, por obrigação legal ou regulatória, ou para atender os legítimos interesses da organização.

CAPÍTULO VIII - DO CONSENTIMENTO

8.1 Nos termos das hipóteses de tratamento descritas na presente Política de Privacidade, sempre que houver razões secundárias não condizentes com a atividade institucional do CRA-SC para a coleta ou tratamento de dados pessoais, será solicitado o consentimento do titular de dados. Nesse caso, se após nos fornecer seus dados, a qualquer tempo o titular dos dados se arrepender, ou se assim o desejar por qualquer outro motivo, poderá revogar o consentimento, mediante encaminhamento de solicitação por quaisquer dos meios de contato elencados anteriormente.

8.2 Nas demais hipóteses, quando o tratamento de dados for indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo CRA-SC, ou quando o tratamento compartilhado de dados for necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos, será dispensado o consentimento do titular de dados, considerando-se devidamente publicada, através da na presente Política de Privacidade, a respectiva motivação, em atenção ao disposto no artigo 23, inciso I, da LGPD.

CAPÍTULO IX - DO ARMAZENAMENTO

9.1 As informações coletadas dos titulares de dados são armazenados em bases de dados do CRA-SC especificamente criadas para viabilizar sua atividade institucional, sendo certo que o titular de dados poderá a qualquer tempo solicitar alterações, exclusões, revogações de suas permissões, atualização, alteração, remoção ou eliminação de seus dados, conforme citado anteriormente, o que será analisado também à luz dos dispositivos da LGPD, sempre contextualizando os dados pessoais envolvidos com a atividade reguladora e fiscalizadora do CRA-SC.

9.2 Os dados e os registros de atividades coletados serão armazenados em ambiente seguro e controlado, observadas as regras de Segurança da Informação. Em caso de eventos que envolvam falhas, desvios de finalidade ou perda de dados por ação de vírus ou de terceiros invasores ao sistema de banco de dados do CRA-SC, serão adotadas de forma imediata todas as providências necessárias a fazer cessar o risco e a conter as suas consequências, investigando-se a origem dos acessos, bem como sua abrangência e potencial lesivo, e comunicando a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, para as providências de sua alçada através da Comissão de Gestão da LGPD.

9.3 Em razão de sua atividade pública fiscalizadora e reguladora, o CRA-SC mantém os dados pessoais pelos prazos mínimos exigíveis em legislações específicas, após os quais são mantidos para uso

restrito à autarquia, conforme normativo do Conselho Federal de Administração - CFA.

9.4 Os dados coletados são armazenados em servidores próprios do CRA-SC e servidor em nuvem, localizados no Brasil, bem como em repositório físico armazenados por empresa contratada para este fim.

CAPÍTULO X - DA DIVULGAÇÃO E DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS

10.1 O CRA-SC disponibiliza em formato de dados abertos em seu site apenas as informações sob regência da Lei de Acesso à Informação Pública (Lei nº 12.527/2011).

10.2 Os dados coletados e as atividades registradas também poderão ser compartilhados pelo CRA-SC com autoridades judiciais, administrativas ou governamentais competentes, quando houver requerimento, requisição ou ordem judicial, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

10.3 Além do previsto no item 10.2, é possível que o CRA-SC realize o uso compartilhado dos dados pessoais nas situações elencadas abaixo, caso em que estará restrito ao mínimo adequado e necessário para o cumprimento das finalidades específicas, podendo ser compartilhados com entidades públicas e privadas, mediante anuência do titular ou com finalidade específica de cumprir obrigações contratuais e normativas, dentro dos critérios legalmente previstos, destinadas à manutenção e administração das atividades da organização:

- I. Para cumprimento de obrigações legais com entidades vinculadas ao Estado, junto a poderes fiscalizatórios, com o CFA, Receita Federal, ANPD, TCU e afins;
- II. Para promoção das atividades do CRA-SC (por exemplo: plataforma de gestão de inscrições);
- III. Com outras organizações que integrem o CRA-SC;
- IV. Com empresas de hospedagem da plataforma de tecnologia da organização;
- V. Para utilização de cookies.

10.4 O CRA-SC utiliza cookies em seus sites para diferentes finalidades. As funções mais comuns dos cookies são as de viabilizar e personalizar a navegação, gerar estatísticas de acesso, aprimorar a sua experiência de navegação nas páginas, dentre outras. A Política de Cookies do CRA-SC pode ser acessada no site.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O CRA-SC aplica os melhores métodos e sistemas, permitidos por lei e de razoabilidade, para proteger seus dados pessoais contra acessos não autorizados. Sendo assim, a organização mantém uma Política de Segurança da Informação, a qual encontra-se disponível no site.

11.2 Esta política está sujeita a alterações a qualquer momento, sempre buscando aperfeiçoar os serviços em benefício do titular de dados. Toda e qualquer alteração visa se adequar às eventuais modificações, sejam de mudanças para novas tecnologias ou sempre que for necessário, bem como novos requisitos legais, regulatórios ou contratuais. Quando isso acontecer, o CRA-SC comunicará diretamente em seu site, bem como através dos procedimentos de envio de informativos utilizados pela organização.

11.3 Caso não concorde com as alterações incluídas nesta política, o titular poderá exercer o direito de solicitar a revogação do consentimento e a exclusão dos dados, a qualquer tempo através do contato facilitado, excluindo-se as hipóteses previstas no Art. 16 e 23 da LGPD.